

O VALOR DO SABER INTUITIVO EM SCHOPENHAUER

DANIEL ALMEIDA BEZERRA - Graduando do Curso de Licenciatura em Filosofia pela UEPB / JULIO CESAR KESTERING - professor da UEPB
bezerradanielalmeida@gmail.com

Resumo: Raro no pensamento Ocidental é a concepção/teoria de que a razão nem sempre seria o melhor meio para a realização de nossos planos e para a conduta de nossas ações. O mérito de Schopenhauer referente a essa questão parece inegável. Contemporâneo de Kant, Fichte, Schelling e Hegel, onde no sistema desses pensadores a razão foi vista quase sempre como pressuposto por excelência da ação correta, na contramão encontra-se Schopenhauer ao propor em “O mundo como vontade e como representação” que, a conduta do ser humano transcorre conforme o sentimento. Assim, lá onde a razão pode ser para a ação muito mais um impedimento do que uma ajuda, os sentimentos poderão muitas vezes ser concebidos como máximas ideais para uma ação. Compreendamos então, o valor da intuição, na teoria do conhecimento schopenhaueriano.

Palavras-chave: Schopenhauer; Razão; Intuição.

Abstract: Rare in Western thought is the concept/theory that reason was not always that best way to carry out our plans and for the conduct of our actions. Schopenhauer’s merit relative to this issue seems undeniable. Contemporary of Kant, Fichte, Schelling and Hegel, where the system of these thinkers was the reason almost always seen as a prerequisite for excellence right action, against Schopenhauer found in proposing “The world as will and representation” that the human behavior as the feeling passes. So, often be designed as an ideal for maximum action. Understand then, the value of intuition, Schopenhauer’s theory of knowledge.

Keywords: Schopenhauer; Reason; Intuition.

INTRODUÇÃO

A possibilidade de se entender os conceitos abstratos como *norma* para o uso concreto, prático, existe de fato; esses conceitos formam um conteúdo do saber e, por tanto, são passíveis de serem re-utilizados. Ao dar início a esse tipo de reflexão Schopenhauer abandona definitivamente o âmbito de interesse puramente teórico referente à razão e centra sempre mais sua atenção no seu uso prático. É nesse sentido que somos confrontados com um fenômeno interessante: podemos pensar em situações, nas quais, de fato, um saber puramente abstrato pode significar mais um obstáculo do que um meio de ajuda para o ser humano. Mesmo que alguém saiba explicar todas as funções de um carro de corrida, por exemplo, nem por isso pode ser considerado um piloto *genial* do automobilismo. Schopenhauer também faz uso de um exemplo para explicar melhor a situação:

[...] homens selvagens e toscos, muito pouco habilitados a pensar, realizam diversos exercícios corporais, lutam contra feras, manejam arcos e coisas semelhantes, com uma segurança e rapidez nunca alcançável por um europeu que reflete, justamente porque a ponderação torna o europeu indeciso e hesitante [...] (SCHOPENHAUER, 2005, p. 106).

Quem não aprovaria a idéia de que, muitas vezes, um agir espontâneo, intuitivo leva à obtenção de melhores resultados do que aquele agir que parte de uma reflexão e ponderação prolongadas? E não dizemos, costumeiramente, que a primeira impressão que temos de outra pessoa é aquela realmente válida, mesmo que ela não tenha sido fruto de uma reflexão demorada? Schopenhauer possuía uma profunda compreensão do comportamento humano, e isso não somente sob o ponto de vista filosófico, ou seja, relacionado com a crença na validade absoluta da razão.

Com isso não queremos defender a idéia de que a filosofia sempre tratou, sem exceção, dessa temática, defendendo integralmente uma posição otimista; certamente que existiram, no decorrer da história da filosofia, representantes que levaram em consideração a existência das necessidades humanas e também de suas afeições. Extremamente raro, por outro lado, como podemos constatar, é o exemplo de teorias que realmente articularam a idéia de que a razão nem sempre seria o melhor meio para a realização de nossos planos e para a condução de nossas ações. O mérito de Schopenhauer referente a essa questão parece aqui inegável; ainda mais, se levarmos em consideração que ele é considerado sucessor e contemporâneo de Kant, Fichte, Schelling e Hegel, pensadores, cuja filosofia pode ser resumida, não sem um pretexto evidente, sob a designação de *idealismo alemão*. No sistema desses pensadores, a razão foi vista quase sempre no seu aspecto positivo; conseqüentemente, também não foi posta em dúvida a superioridade do pensamento abstrato, visto na maioria das vezes como o pressuposto *par excellence* da ação correta. Parece-nos que é exatamente na posição de contramão que se encontra Schopenhauer quando afirma o seguinte: “a conduta transcorre, como se diz, conforme o

SENTIMENTO [*sic*], isto é, não segundo conceitos”¹. Para a tradição idealista uma ação conduzida puramente a partir do sentimento seria um *tabu*. Para Schopenhauer, ao contrário, os sentimentos, os quais, se observados a partir de si mesmos, formam uma pluralidade vaga e concordam num aspecto: eles não são conceitos abstratos. Assim, lá onde a razão pode ser para a ação muito mais um impedimento do que uma ajuda, os sentimentos poderão muitas vezes ser concebidos como máximas ideais para uma ação, pois, “Schopenhauer caracteriza seu método, à diferença do de Kant, como tendo como ponto de partida o conhecimento imediato e intuitivo. [...]”². A partir das declarações de Schopenhauer apresentadas até agora podemos deduzir que ele não está interessado na questão do saber abstrato em si, mas muito mais no seu uso prático. Essa impressão é confirmada definitivamente a partir da seguinte citação:

Assim como a visibilidade dos objetos só tem valor e significação desde que indique a sua pluralidade, assim também todo o valor do conhecimento abstrato reside sempre na sua referência ao conhecimento intuitivo. Eis por que o homem natural sempre atribui mais valor àquilo que foi conhecido imediatamente e intuitivamente do que aos conceitos abstratos, meramente pensados. Ele prefere o conhecimento empírico ao lógico. O contrário pensam as pessoas que vivem mais nas palavras que nos atos, que enxergam mais no papel e nos livros que no mundo efetivo, e que, ao degenerarem, tornam-se pedantes e apegados à letra. [...] (SCHOPENHAUER, 2005, p. 139-140).

É nesse mesmo sentido que Schopenhauer descreve, logo em seguida, o ideal da ética estoíca, isto é, o sábio no estado de completa serenidade, classificado como “um boneco de madeira com o qual não se pode fazer nada”³. Conforme esta analogia, um saber teórico, abstrato, sem vida, ainda que com validade geral, alcança sua legitimidade somente se relacionado ao saber intuitivo. Assim, compreendemos que:

[...] O conhecimento racional ocupa em Schopenhauer um papel secundário em relação ao intuitivo. E do mesmo modo que o entendimento (*Verstand*) é o correlato subjetivo das intuições, a razão (*Vernunft*) corresponde subjetivamente aos conceitos, ou seja, às representações abstratas [...] (CACCIOLA, 1983, p. 92).

Para esclarecer a ação necessariamente conjunta das duas faculdades, a princípio, Schopenhauer utiliza em MVR I⁴ a diferenciação entre o ser humano e o animal; a partir disso, torna-se evidente que, somente o ser humano possui capacidade de planejar antecipadamente e de antever a sua ação e as circunstâncias daí derivadas. Ainda pensando esta analogia entre o homem e o animal aclara-nos o filósofo que:

1 SCHOPENHAUER, 2005, p. 108.

2 CACCIOLA, 1983, p. 91.

3 SCHOPENHAUER, 2005, p. 148.

4 Abreviatura adota para exprimir “O mundo como vontade e como representação”.

Avisão panorâmica e multifacetada da vida em seu todo, que o homem tem pela razão e constitui vantagem em face dos animais, é também comparável a um diminuto descolorido e abstrato esquema geométrico que indica seu caminho de vida; com isso, ele está para os animais como o navegante, que, com suas cartas marítimas, compasso e quadrante, conhece com precisão a sua rota a cada posição do mar, está para a tripulação leiga que vê somente ondas e céu. Por isso é digno de consideração, sim, espantoso como o homem, ao lado de sua vida *in concreto*, sempre leva uma *in abstrato*. Na primeira está sujeito a todas as tempestades da realidade efetiva e à influência do presente, tendo de se esforçar, sofrer, morrer como o animal. Sua vida *in abstrato*, entretanto, como se dá à sua percepção racional, é o calmo reflexo da vida *in concreto* do mundo em que vive, sendo justamente o seu mencionado diminuto esquema (SCHOPENHAUER, 2005, p. 140)

Esse modo duplo de existência que o ser humano leva: sensível e racional – sobremaneira pelo último predicativo, diferencia-o do animal, mesmo que esse último, o animal, possa “conduzir” também uma vida própria, não menos valorosa e digna de respeito. Assim entendemos que:

Essa subjugação do intelecto a um papel secundário provocou uma verdadeira revolução na história do pensamento universal, que sempre repousou suas convicções acerca do homem/mundo na razão, compreendida como manifestação de uma inteligência capaz de impregnar todas as coisas e as dirigir para fins determinados. A razão, nesta filosofia ora apresentada, passou a ter uma função meramente instrumental, não sendo o móvel primeiro que conduz à ação, como afirmara a tradição. [...] (PEDREIRA, 2009, p. 7).

Deduzimos a partir do esclarecimento de Pedreira (2009) que este dinamismo da ação seja o sentimento. Mas é necessário frisar que somente o ser humano possui a possibilidade, com a ajuda da razão, de antecipar o futuro de sua existência e de preparar-se para situações que lhe deveriam causar horrores infinitos, caso fosse confrontado despreparado e repentinamente. – o suicídio, a execução, o duelo, os empreendimentos arriscados de todo tipo – esses são os exemplos que Schopenhauer cita para tais situações; em todas elas o ser humano deveria evitar com a ajuda da capacidade que ele possui de “vivenciar”, em pensamento, abstratamente, esses acontecimentos, antes mesmo que eles de fato aconteçam. Assim, o ser humano reflete sobre as ameaças reais que lhes possam causar danos ou avalia-os segundo medidas puramente abstratas. Por conseguinte: “[...] a razão introduz o sofrimento, porque possibilita ao homem pensar em sua própria morte.”⁵. Neste sentido:

Aqui de fato é possível dizer que a razão se exterioriza de maneira PRÁTICA [*sic*]. Por tanto, em qualquer lugar onde a conduta é conduzida pela faculdade racional, os motivos são conceitos abstratos, e o determinante não são representações intuitivas, particulares, nem a impressão do momento que

5 MOREIRA, 2004, p. 280.

conduz o animal: aí se mostra a RAZÃO PRÁTICA [*sic*]. (SCHOPENHAUER, 2005, p. 141).

Por “impressão do momento” compreendemos o sentimento – comum tanto ao animal quanto ao homem. Já a razão prática possibilita ao indivíduo ultrapassar os limites de fixação existencial no aqui e agora e, ao mesmo tempo, projetar-se em outras representações espaciais e temporais. Mas com isso não se garante, se analisada somente a partir de si, que as ações com base racional sejam, necessariamente, sempre boas. A razão pode servir para o planejamento tanto de ações boas como de ações más. Concurra com esta hipótese o pensamento de Moreira (2004) ao afirmar-nos que:

Assim, na concepção schopenhaueriana, o homem irracional será aquele que, quase como o animal, age segundo os motivos imediatamente sensíveis, ou seja, age impulsivamente. O sujeito que age racionalmente calcula todos os seus passos, reflete sobre as causas e conseqüências de sua ação. Por esse motivo, a razão torna-se qualidade preciosa para os criminosos. Nesse sentido, a razão não pode ser a sede das virtudes, ainda que seja o lócus da dignidade humana. (MOREIRA, 2004, p. 281).

O pensamento de Moreira (2004) ratifica a afirmação de Schopenhauer: “a ação racional e a virtuosa são duas coisas completamente distintas”⁶. Esse modo de argumentar deveria ter causado nos seus contemporâneos um grito de indignação. A razão, cujo destino principal é o de conhecer todas as leis *a priori* do ser, possui a capacidade também de planejar algo maléfico? Uma ação racional não significa necessariamente uma ação virtuosa? Não cai por terra aqui uma hierarquia geral de valores que a ética filosófica tinha tentado manter viva ao longo dos séculos? Sobretudo os estóicos possuíam a convicção de que o correto uso da razão poderia esclarecer os seres humanos sobre as fontes de seus sofrimentos; ela seria assim capaz de suprimir a opressão causada pelos tormentos em geral. E já que uma vida feliz, livre da maioria dos tormentos era o fim almejado de todos os esforços racionais, sua realização tinha também sempre o valor de um comportamento virtuoso, de modo que a virtude máxima consistia no alcance da felicidade almejada. Esse otimismo dos estóicos (excesso de confiança no uso correto da razão) foi desmascarado por Schopenhauer como injustificado: “verifica-se uma completa contradição em querer viver sem sofrer contradição que também se anuncia com freqüência na expressão corrente ‘vida feliz’”⁷. Para Schopenhauer, viver significa sofrer. Logo, a razão não possui nenhum direito de *querer* embelezar, forçosamente, esse pré-fundamento essencial da existência humana. Neste íterim afirma o filósofo de Danzig:

O sábio estóico não sabe aonde ir com sua sabedoria, e sua tranqüilidade perfeita; contentamento e beatitude contradizem tão frontalmente a essência da humanidade que não nos permitem de modo algum sua representação intuitiva. E como contrastam com eles os penitentes voluntários que

6 SCHOPENHAUER, 2005, p. 141.

7 SCHOPENHAUER, 2005, p. 147.

ultrapassam o mundo e que a sabedoria indiana nos apresenta e efetivamente produziu, ou mesmo o salvador do cristianismo, aquela figura resplandecente, cheia de vida profunda e de magnânima verdade poética do mais alto significado, que, com virtude perfeita, santidade e sublimidade, encontramos perante nós em estado de supremo sofrimento (SCHOPENHAUER, 2005, p. 148).

À razão não poderá recorrer o homem para justificar a sua felicidade. Anterior a qualquer abstração como condição da reformulação, intencional, voltada para o embelezamento da vida, há sempre uma representação intuitiva que não nos deixa negar o aspecto de dor e sofrimento como pré-condições intrínsecas à vida. Esta perspectiva é cara ao enquadramento da teoria do conhecimento empreendida por Schopenhauer, pois:

[...] Todo e qualquer conhecimento assenta-se em uma intuição sobre o mundo. Tanto a intuição intelectual, que é do registro do entendimento, quanto a intuição estética, que une num só movimento sujeito e objeto, e ainda a intuição moral, que desfaz o véu imaginário do princípio de individuação, todas essas formas de conhecer têm o mesmo substrato, o mundo. Para Schopenhauer, todo conhecimento só pode ter um único ponto de partida: o mundo. (MOREIRA, 2004, p. 270).

Schopenhauer diferencia entre três tipos de conhecimento e a estes relaciona a intuição. De modo geral, o conhecimento, seja ele comum ou científico – para Schopenhauer, não há entre ambos uma diferenciação essencial – está submetido ao princípio de razão e, como tal, permanece a serviço da vontade. Esse conhecimento destinado a servir à vontade – pois é “interessado” – só atinge as relações dos objetos particulares, com base nas relações estabelecidas pelo princípio de razão – relações consideradas sob as formas do tempo, do espaço e da causalidade: “mediante estes o objeto é INTERESSANTE para o indivíduo, isto é, possui uma relação com a Vontade”⁸. Mas o que significa realmente abordar o mundo pelo ângulo do princípio de razão? Significa interrogá-lo sobre liames causais: “onde?”, “quando?”, “por quê?”, ou seja, se perguntar sobre o lugar, o tempo, a razão ou a finalidade das coisas.

Mas existe um tipo de conhecimento muito mais importante que o primeiro. Esse tem haver com a passagem do conhecimento das coisas particulares ao conhecimento das idéias. O conhecimento das idéias é o conhecimento em que o sujeito torna-se sujeito puro, livre do serviço da vontade. Aqui o conhecimento é “desinteressado”. Esse tipo de conhecimento liberta o sujeito de sua individualidade, de sua condição de indivíduo – aqui, o indivíduo renuncia-se a si mesmo. Schopenhauer chama esse tipo de conhecimento de intuitivo, e não abstrato. Para o filósofo nossas representações existem em estado intuitivo e em estado abstrato. Representações abstratas são aquelas produzidas pela razão, a ciência da razão pura, que deve enunciar as leis fundamentais do pensamento racional, os

8 SCHOPENHAUER, 2005, p. 244.

quatro princípios racionais perfeitamente puros: princípio de identidade, de contradição, de terceiro excluído, de razão suficiente. Mas a representação abstrata só possui conteúdo e significação por sua relação com a representação intuitiva. A representação abstrata é uma representação derivada; uma re/produção, uma re/flexão, uma representação da representação. Já a representação intuitiva é um conhecimento originário. Assim, Schopenhauer critica como sendo um velho erro daquela tradição racionalista considerar que só é realmente verdadeiro aquilo que é provado. Mas toda prova pressupõe, pois, uma verdade não comprovada, sendo a intuição fonte de toda verdade. O mundo da reflexão repousa sobre o da intuição; os conceitos derivam da intuição, de onde são abstraídos. Nesse sentido, a última evidência é uma intuição. Schopenhauer desvaloriza, assim, a racionalidade, a dedução, a demonstração, em nome de uma intuição fundamental.

A representação intuitiva compreende a experiência em geral, como as condições que a tornam possíveis: o tempo e o espaço – formas da intuição. Mas a intuição não é de ordem puramente sensível. Só o entendimento conhece por intuição, ou, segundo ele, toda intuição é intelectual. O entendimento transforma a sensação em intuição, isto é, o entendimento cria a intuição com os dados fornecidos pelos sentidos. Dizer que a intuição é intelectual é salientar a diferença entre as sensações e a intuição empírica do mundo. O entendimento intuitivo é aquele que Kant chamou de sensibilidade pura. Mas Schopenhauer não distingue entre sensibilidade e entendimento: faz coincidir o entendimento com a intuição, ou seja, ele vê no entendimento um aspecto essencial da intuição. Dizer que a intuição é sempre intelectual significa dizer que ela é sempre ligada ao entendimento, é sempre representativa e, por conseguinte implica uma estruturação do mundo a partir de nossa subjetividade. A intuição intelectual de Schopenhauer implica, pois, uma estruturação do mundo a partir da subjetividade e, isso diferencia a mesma da intuição intelectual de Schelling, chamada por Schopenhauer de intuição racional, afastando-se, assim, da mesma. A “intuição-racional [...] não é sujeito nem objeto, mas o indiferenciado”⁹

Mas o entendimento por si só não basta, sendo preciso substituir as intuições pelos conceitos abstratos da razão. Schopenhauer diz que nós, humanos, “conhecemos”, perfeitamente, pela intuição pura, mas para fazer uma aplicação segura, na realidade, desse tipo de conhecimento, é preciso torná-lo um conhecimento abstrato. Daí o dever da filosofia de produzir *in abstracto* o conhecimento intuitivo do mundo, isto é, de transformar a intuição em saber abstrato, inteligível, durável. No entanto, mais do que dedução, a filosofia é intuição, e nesse sentido ela se aparenta à arte. Nesta perspectiva, a filosofia da Schopenhauer se distingue de todas as precedentes, excetuando a de Platão, pelo fato de não ser uma ciência, mas uma arte.

Para Schopenhauer, (também) pela intuição toma-se consciência da essência. O conhecimento das idéias é a apreensão intuitiva da essência dos objetos, proveniente (agora) do abandono do princípio de razão¹⁰. O exemplo dado por Schopenhauer é o terceiro gênero do

9 SCHOPENHAUER, 2005, p. 70.

10 Assim, fica evidente, que existem três tipos de conhecimento: 1) conhecimento comum e científico; 2) conhecimento intuitivo sensível (pressupõe tempo e espaço, formas a priori da intuição sensível, pressuposto de todo conhecimento abstrato-racional); 3) conhecimento intuitivo artístico (para além do princípio de razão e sem nenhuma

conhecimento ou o conhecimento intuitivo de Espinosa – curiosamente também utilizado por Schelling, nas *Cartas filosóficas sobre o dogmatismo e o criticismo*, para expor o seu conceito de intuição intelectual –, que nos dá uma idéia adequada de nossa essência e da essência de cada coisa particular.

É exatamente como conhecimento intuitivo das idéias que Schopenhauer concebe a arte. A contemplação estética é uma visão imediata, direta, uma representação intuitiva pura. Enquanto a ciência produz um conhecimento submetido ao princípio de razão, a arte reproduz as idéias eternas por meio da contemplação pura. Enquanto o conhecimento comum ou científico, guiado pelo interesse e pelo aspecto utilitário da vida. O próprio conceito tem uma função utilitária, pragmática, só dá conta das relações suscetíveis de servir à vontade, o conhecimento artístico, que contempla as idéias, independentemente do princípio de razão, possibilita que o homem se liberte da vontade e da individualidade – e, libertar-se da individualidade é libertar-se da vontade – por conseguinte, se eleva ao estado de puro sujeito que conhece – ele é “olho cósmico” e conhece por cosmovisão. Na contemplação estética o mundo é visto não como subordinado ao tempo e ao espaço, mas, como diz Schopenhauer usando uma expressão de Espinosa, *sub aeternitatis species*, do ponto de vista da eternidade. O poeta, por exemplo, “apreende a idéia, a essência da humanidade exterior a toda relação, a todo tempo [...]”¹¹.

Para Schopenhauer a intuição é independente de toda e qualquer experiência empírica. Já a experiência, por sua vez, da intuição depende. Toda experiência só é possível através do tempo e do espaço intuídos *a priori*. Assim, “[...] Schopenhauer marca a independência do mundo intuitivo com referencia ao racional [...]”¹². Nesta configuração, tempo e espaço são definidos como “formas universais da intuição”¹³. Os dados elaborados intelectivamente pelo entendimento são oriundos da afecção, ou seja, da afetação do nosso corpo pelos sentidos. E as duas formas de conhecimento do mundo intuído pressupõem, segundo Schopenhauer, o corpo. Assim, “[...] Se o “objeto em geral” é a forma em que é determinado o que é dado na intuição, o “conhecimento em geral” é a forma do exercício das faculdades. [...]”¹⁴. A primeira é tomá-lo objetiva ou subjetivamente; a segunda, diz respeito ao aspecto do corpo enquanto objeto imediato, ou seja, o corpo enquanto objeto conhecido intuitivamente:

[...] A primeira, PARA EXPRESSÁ-LO DE MANEIRA OBJETIVA [*sic*], é a capacidade dos corpos de fazerem efeito uns sobre os outros, de produzirem mudanças entre si: sem uma tal característica universal, intuição alguma seria possível, mesmo mediante a sensibilidade dos corpos animais; se, todavia, quisermos EXPRESSAR DE MANEIRA SUBJETIVA [*sic*] essa mesma condição, então diremos que o entendimento, antes de tudo, torna a intuição possível, pois apenas dele se origina a lei de causalidade, a possibilidade de causa e efeito, que também vale apenas para ele; em consequência, apenas para e mediante ele existe o mundo intuitivo. A segunda condição, entretanto, é a

relação com as representações abstratas, dependentes da razão).

11 SCHOPENHAUER, 2005, p. 323.

12 CACCIOLA, 1983, p. 92.

13 SCHOPENHAUER, 2005, p. 47-48.

14 CARVALHO, 2010, p. 3.

sensibilidade do corpo animal, ou a propriedade de certos corpos em ser objetos imediatos do sujeito. [...] Nesse sentido digo que o corpo é CONHECIDO [sic] imediatamente, é OBJETO IMEDIATO [sic]. [...]” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 63).

Retomemos, então: toda intuição tem como base o entendimento que intelectualiza os dados com os quais a faculdade da sensibilidade é afetada. Por conseguinte, “[...] Desde que a causalidade é a única forma do entendimento, visto como faculdade intuitiva, as ‘onze categorias restantes’ são para Schopenhauer ‘janelas cegas’ (*Blinde Fenster*) [...]”¹⁵. Quando o sujeito do conhecimento se mostra desprovido de alguma forma do uso da capacidade da intelectualização dos dados fornecidos pela sensibilidade, denomina Schopenhauer esta situação de “OBTUSIDADE NO USO DA LEI DE CAUSALIDADE [sic]”¹⁶. No estado de obtusidade o sujeito não consegue intuir, imediatamente, a concatenação entre a causa e o efeito; seja esta concatenação destinada aos motivos, seja às ações. Sem conseguir concatenar a relação causal dos dados que a sensibilidade emite para o entendimento que intelectualiza, o sujeito se vê perdido entre a diversidade de suas afecções. Como então são formulados os conceitos caros ao saber abstrativo?

Não nos esqueçamos que, apenas para Kant caberia à faculdade do entendimento a formulação de conceitos. Para Schopenhauer, a formulação dos conceitos cabe à outra faculdade: a da razão. Mas o que seria um conceito? Para Schopenhauer, representação de representação, ou ainda, “[...] representações abstratas e universais, não individuais, não intuitivas no tempo e no espaço. [...]”¹⁷. Dissemos anteriormente que, entre as representações abstratas e as intuitivas Schopenhauer dedica-se, sobremaneira em “O mundo como vontade e como representação” à compreensão das segundas representações, as intuitivas; contudo é de extrema importância para àquelas primeiras estas segundas. Desta forma: “[...] A // razão sempre pode apenas SABER; unicamente ao entendimento, livre de toda influência da razão, é permitido intuir.”¹⁸. Neste sentido afirma-nos Moreira (2004) que: “[...] As intuições são diretamente objetivas, têm realidade, independentemente da razão. [...] As representações abstratas da razão tiram o seu conteúdo das representações intuitivas. [...]”¹⁹. Assim perguntamos: qual a relação entre o saber originário da razão e da importância da intuição no uso desse saber? Segundo Cacciola (1983): “[...] para ele [Schopenhauer], o juízo, enquanto elo de ligação entre representações abstratas, é uma função da razão e não do entendimento. Por tanto o conhecimento intuitivo independe do julgar. [...]” (p. 94). Para que não incorremos em contradição deveremos delimitar o campo de alcance funcional tanto do entendimento quanto da razão. Então, conforme Schopenhauer:

[...] Aquilo conhecido corretamente pela RAZÃO é a VERDADE [sic], vale dizer,

15 CACCIOLA, 1983, p. 94.

16 SCHOPENHAUER, 2005, p. 66.

17 SCHOPENHAUER, 2005, p. 87.

18 SCHOPENHAUER, 2005, p. 69.

19 MOREIRA, 2004, p. 271.

um juízo abstrato com fundamento suficiente (cf. o ensaio sobre o princípio de razão, § 29 ss.). Aquilo conhecido corretamente pelo ENTENDIMENTO é a REALIDADE [sic], ou seja, a passagem precisa, no objeto imediato, do efeito para a sua causa. A VERDADE [sic] se opõe o ERRO [sic] como engano da RAZÃO [sic], a REALIDADE [sic] se opõe a ILUSÃO [sic] como engano do ENTENDIMENTO [sic]. [...] (SCHOPENHAUER, 2005, p. 68).

O erro está para a razão assim como a ilusão está para o entendimento. À ilusão concursa o já citado estado de obtusidade. Com relação ao mau uso prático da razão, denomina o filósofo de parvoíce. O mau uso teórico da razão, por sua vez, é por ele denominado de erro. O erro é teórico, já a parvoíce advém do uso prático, incorreto, da razão. Compreendemos como parvoíce aquilo que descrevemos na passagem anterior quando falávamos da esperança do estóico em embelezar o sofrimento com o uso correto da razão. Notemos que, conforme a citação acima, a realidade vem ao sujeito do conhecimento a partir de si, enquanto corpo, enquanto objeto imediato. Nesse processo corrobora a capacidade de intuir a de processamento dos dados com os quais a afecção lança para o entendimento. Já à razão, através dos conceitos, podemos pensar, refletir as nossas ações, mas jamais intuí-las. “[...] É a razão que fala para a razão, sem sair de seu domínio, e o [...] que ela comunica e recebe são conceitos abstratos, representações não intuitivas, [...]”²⁰. Posto essa configuração torna-se evidente a função de cada faculdade, seja, a da razão, seja a da faculdade do entendimento, conquanto das suas respectivas importâncias para a compreensão do mundo como representação. Toda ação planejada leva em consideração a funcionalidade da razão na medida em que faz uso dos conceitos – representação de representação – para a sua clarificação e efetivação. Assim:

[...] Os conceitos jamais poderiam constituir o elemento primeiro do conhecimento. Os conceitos são representações abstratas, referem-se ao conhecimento reflexivo, que como tal deriva do conhecimento intuitivo. Os conceitos não têm por função conferir realidade às intuições, apenas são formas de organizá-las e fixar seus resultados. [...] (MOREIRA, 2004, p. 271).

Através do conceito, o ausente (o objeto) se faz presente. O conceito presentifica, abstratamente, o objeto. Mas, a abstração já pressupõe duas coisas: primeiro, a afecção dos sentidos, segundo a intelectualização por parte do entendimento, denominada por Schopenhauer de causalidade – ir do efeito à causa. Isto posto indagamos: é possível o trânsito entre as representações abstratas e as intuitivas? Caso sim, qual seria a consequência disso? “A ponte entre entendimento e razão é, para Schopenhauer, a faculdade de julgar. É ela que permite a referência das intuições aos conceitos. [...]”²¹. Schopenhauer tece uma objeção conquanto da possibilidade de trânsito entre as representações abstratas, conceituais, às intuitivas. Reza a objeção: “[...] Apenas em casos particulares passamos dos conceitos à intuição, formando fantasmas como intuitivos REPRESENTANTES DOS CONCEITOS

20 SCHOPENHAUER, 2005, p. 86-87.

21 CACCIOLA, 1983, p. 96.

[sic], aos quais, todavia, nunca são adequados. [...]”²². Podemos afirmar, pois, que é possível o trânsito; contudo, sua conseqüência é aquela de iludir, ilusionar a realidade humana. Assim, quando o humano planeja, reflete, toma como base a abstração da qual a intuição é conteúdo. Segundo Schopenhauer, assim como a essência do tempo é sucessão e a essência do espaço é posição, “[...] assim também a essência completa dos conceitos, ou da classe de representações abstratas, reside exclusivamente na relação que o princípio de razão exprime nelas. [...]”²³. Devemos, pois, à clarificação das ilusões criadas através do trânsito entre as representações abstratas e intuitivas, indagarmos pelo princípio de razão que rege cada representação. Os princípios de razão que regem as representações são, respectivamente, tempo, espaço e causalidade.

Os conceitos possuem ainda, conforme Schopenhauer, três características: secundária, derivada e accidental. Conquanto das duas primeiras diz-se de sua dependência da representação primeira da relação: representação de representação. A segunda é o próprio objeto. A primeira é a abstração da segunda. Portanto, ele é tanto secundário à representação empírica, quanto deriva dele necessariamente. O conceito não é a representação mesma originária e empírica. Logo, conforme Schopenhauer, tempo, espaço e causalidade, muitas vezes não são, no segundo plano, elementos abstratos levados a cabo. Daí seu aspecto accidental. Devemos levar em consideração ainda que, o conceito cerceia o campo de significação do objeto. Mas, sem ele, verdade alguma é trazida à luz, a compreensão! Através do uso do conceito o diverso pode ser pensado no âmbito da unidade – esta, possível, apenas, conceitualmente. O conceito tem a capacidade de generalizar o diverso e reuni-lo sob o signo da palavra, da representação. Pensando o conceito como a representação abstrata de um objeto, também representação, o filósofo expõe um problema para ele insolúvel: “[...] Em que se baseia, em última instância, essa analogia exata das relações dos conceitos e suas // figuras espaciais? Eis uma questão que não sei responder. [...]”²⁴. O que há entre as palavras e as coisas mesmas? Lembremos que na argüição de uma possível resposta, a lógica só possui validade para a filosofia no âmbito teórico, mas nunca uma validade prática, logo, a resposta só poderá ser meta/lógica.

Com o conhecimento abstrativo, possuímos a capacidade presentificar o ausente e, de generalizar um objeto numa classe conceitual. Através dele surge, a possibilidade de generalização; pois:

As representações abstratas ou conceito escapam às determinações do tempo e do espaço, podendo assim abarcar um sem-número de objetos, ao eliminar as diferenças entre eles. Para que seja possível à consciência individual, submetida à forma do sentido interno, isto é, ao tempo, apreender tais representações, é necessário que elas possam ser inseridas na ordem temporal e, portanto, vinculadas a uma representação sensível, que é, para Schopenhauer, a palavra. [...] (CACCIOLA, 1983, p. 98).

22 SCHOPENHAUER, 2005, p. 87.

23 SCHOPENHAUER, 2005, p. 87-88.

24 SCHOPENHAUER, 2005, p. 90.

Com a intuição, dá-se a relação *afectiva* particular, no tempo e no espaço, e desta intuição, o entendimento processa o conteúdo dos conceitos formulados pela razão, pois, “[...] o que em nós pensa já é a razão mesma. [...]”²⁵. Ao pensar, a razão, ela mesma, possibilita um conhecimento racional puro? “Conhecimento racional puro e perfeito só há os dos quatro princípios aos quais atribuí verdade metalógica, portanto, os princípios de identidade, de contradição, do terceiro excluído e de razão suficiente do conhecer. [...]”²⁶. Em todos os demais casos, a abstração é dependente do conteúdo da intuição realizada pelo entendimento. Assim pode-se compreender que as representações intuitivas constituem a essência do conceito, pois, os “conceitos em geral, todavia, só existem depois das representações intuitivas prévias, em relação às quais se constitui toda a essência deles que, por conseguinte, já as pressupõe.”²⁷. Logo,

[...] O entendimento ou as intuições constituem a base do conhecimento, pois por meio dele compreendemos imediatamente as relações causais entre os objetos. Constituímos toda a experiência possível por intermédio das formas do espaço e tempo e pela lei da causalidade, ou seja, pelo entendimento. [...] (MOREIRA, 2004, p. 271).

Ao entendimento cabe intuir; à razão saber. Mas o que significa para Schopenhauer “saber”?

[...] SABER [*sic*] em geral significa: ter determinados juízos em poder do próprio espírito para reprodução arbitrária, juízos estes que têm algum tipo de fundamento suficiente de conhecer exterior a si mesmos, isto é, são VERDADEIROS [*sic*]. Unicamente o conhecimento abstrato, pois, é um saber, que, portanto, é condicionado pela razão. [...] (SCHOPENHAUER, 2005, p. 99).

Conforme Schopenhauer, aos animais não cabe “saber” coisa alguma, mas apenas intuir. Como então podem os animais dar sinais através de sua sagacidade, de uma possível “mensuração” de perigo? Para o filósofo de Danzig, isso acontece através do hábito. O animal “sente” o perigo. A tese de Schopenhauer acerca do conceito de sentimento reza: todo saber é oposto ao sentimento: “[...] o oposto propriamente dito do SABER [*sic*] é o SENTIMENTO [*sic*], oposição que merece aqui a sua explanação. [...]”²⁸. Mas o que entende Schopenhauer por sentimento? Sentimento:

[...] designa algo presente na consciência que NÃO É CONCEITO, NÃO É CONHECIMENTO ABSTRATO DA RAZÃO [*sic*]. [...] só entendemos [...] quando reconhecemos que coincidem unicamente neste aspecto negativo: NÃO SEREM CONCEITOS ABSTRATOS [*sic*]. [...] (SCHOPENHAUER, 2005, p.100).

25 SCHOPENHAUER, 2005, p. 93.

26 SCHOPENHAUER, 2005, p. 99.

27 SCHOPENHAUER, 2005, p. 99.

28 SCHOPENHAUER, 2005, p. 100.

Assim, saber e sentimento estão teoricamente, em relação dissonante entre si. Schopenhauer configura, pois, o cenário que nos interessa pensar acerca da relação entre o saber abstrativo, conceitual, do âmbito da razão e o saber intuitivo, imediato, que procede do efeito para a causa. “[...] Sobre esse aspecto, Schopenhauer compartilha a concepção romântica, que divulga um primado da intuição e do sentimento sobre a razão e a análise, [...]”²⁹. Por que nem todo produto argüido entre a interação da faculdade da sensibilidade e do entendimento desdobra-se em elaboração abstrativa, conceitual? Um determinado gênero de sentimento é dirigido, conforme Schopenhauer, ao corpo – a sensação – entendida por nós, com base na insígnia da letra de Schopenhauer, por volições. Ao pensar o conhecimento intuitivo e o conhecimento abstrativo, Schopenhauer, se expressa assim:

[...] Noutros termos, o que foi conhecido intuitivamente, *in concreto*, a razão permite que se conheça abstratamente, em geral. Isso é mais importante do que à primeira vista aparenta quando é expresso, pois toda conservação segura, toda comunicabilidade e uso frutífero, garantido, do conhecimento no domínio prático depende de ele ter-se tornado um saber, um conhecimento abstrato. O conhecimento intuitivo vale somente no caso particular, aplica-se sempre ao que há de mais próximo, permanece neste, pois a sensibilidade e o entendimento só podem conceber UM [*sic*] objeto por vez. Por conseguinte, toda atividade contínua, coordenada, planejada, tem de provir de princípios, portanto de um saber abstrato, e ser levada a bom termo em conformidade com ele. [...] (SCHOPENHAUER, 2005, p. 102).

Será que todas as ações humanas são planejamento minucioso da razão? É importante frisar que “a concepção de razão em Schopenhauer o impede de admitir qualquer causalidade da razão. [Pois] admitir uma causa inteligível para o fenômeno significa, para Schopenhauer, o mesmo que postular a coisa-em-si. [...]”³⁰. A resposta é então relativa: nem tanto assim; pois, o próprio Schopenhauer reconheceria esta impossibilidade conquanto da condição natural humana em lidar com o silêncio que advém do não-humano no mundo. Para o re/conhecimento do mundo sem a presença necessária dos objetos – *afectando* o sujeito com dados sensíveis, perceptíveis – nós concatenamos conceitos, formulamos juízos. Para a intuição, conforme Schopenhauer, a presentificação do objeto, afetando o sujeito é sim necessária. Recordemos então que, a base da teoria do conhecimento schopenhaueriana assenta-se na relação necessária entre sujeito e objeto. Ao pensar a passagem do conhecimento intuitivo ao abstrato, conceitual, diz Schopenhauer: “[...] a razão aqui tem de entrar em cena, substituindo [...] as intuições por conceitos abstratos, os quais são tomados como guias da atividade. Se tais conceitos forem corretos, o êxito é alcançado. [...]”³¹. Mas, se o conhecimento for considerado apenas como o resultado da interação entre as faculdades da sensibilidade e do entendimento, e o saber única e exclusivamente relacionado à razão, como expunha Schopenhauer, o que garante uma ampliação

29 MOREIRA, 2004, p. 277.

30 CACCIOLA, 1983, p. 105.

31 SCHOPENHAUER, 2005, p.102-103.

da capacidade humana de conhecer? A razão na formulação dos conceitos, ou o entendimento *formulando/intelectualizando* as representações intuitivas? Se do cálculo silogístico a conclusão já estivera completamente contida nas premissas, não há conhecimento novo/ampliado, mas um saber sobreposto, configurado em sobreposições as quais compreende Schopenhauer por esferas conceituais. A passagem de intuições aos conceitos abstratos concursa para a exequibilidade da ação planejada humana. O campo de validade da razão é circunscrito por Schopenhauer ao conhecimento abstrato na formulação de conceitos. A razão seria dependente da intuição que lhe forneceria os dados necessários à formulação dos conceitos:

[...] A razão é exclusivamente a faculdade dos conceitos. Schopenhauer (1819) concebe a razão como representação de segunda ordem, um reflexo das representações intuitivas. A razão ou os conceitos abstratos fundamentar-se-iam, em última instância, nas intuições. O conhecimento abstrato ou a razão possibilita a simbolização, fixação e universalização da experiência, constituída pela intuição. Assim, todo o material da razão é fornecido pela intuição. (MOREIRA, 2004, p. 279).

O conceito ajuda na prática. “O saber, o conhecimento abstrato, tem o seu grande valor na comunicabilidade, em poder ser fixado e conservado. Só assim se torna tão importante e indispensável na prática. [...]”³². Mas em que âmbito da realidade empírica o saber abstrato não possui uma validação positiva na ação humana? Schopenhauer concorda com Platão, e responde, na arte. Pois, “Caso o cantor ou o *virtuose* [*sic*] realize o seu recital por reflexão, este permanece morto. O mesmo vale para compositores, pintores, sim, para poetas. O conceito sempre é infrutífero na arte; [...]”³³. Se a vida pudesse ser pensada no desafio de realizar a si própria como arte o que esperar dos conceitos, então, para a vida? Não é um conceito divorciado da intuição que garantirá ao humano o sucesso da sua ação; isso se por “sucesso” estivermos *pensando* o próprio humano, pois, o humano sente, enquanto pensa; mas pensa enquanto sente? Quando assim procede, o humano dissimula – e, por dissimulação entende Schopenhauer a obra da reflexão – possível a partir da formulação abstrativa de conceitos e de juízos³⁴. Para Schopenhauer, a predicação da santidade e da virtude não está com relação à ação humana, concernida ao âmbito da reflexão, ou seja, concernida à obra da faculdade da razão. Logo, a conduta está intrinsecamente concernida ao âmbito do sentimento. Desta forma torna-se evidente quando o filósofo expõe que:

// Por fim, também a virtude e a santidade não se originam da reflexão, mas da profundidade íntima da vontade e de sua relação com o conhecimento. [...] A conduta transcorre, como se diz, conforme o SENTIMENTO [*sic*], isto é, não segundo conceitos, mas segundo o conteúdo ético. Os dogmas ocupam a razão ociosa; enquanto a conduta segue o seu caminho, em última instância,

32 SCHOPENHAUER, 2005, p. 105.

33 SCHOPENHAUER, 2005, p. 107.

34 Os juízos são resultado da união de dois ou mais conceitos unidos por uma cópula.

independentemente deles, a maioria das vezes não conforme máximas abstratas mas conforme máximas indizíveis, cuja expressão é a pessoa inteira mesma. [...] (SCHOPENHAUER, 2005, p.108).

Conforme Schopenhauer, quando anterior a reflexão, a abstração formulada através da razão encontra uma relação dissonante entre o conceito formulado e o objeto intuído, um fenômeno peculiar ao humano se manifesta: o riso. Pois, “De fato, o RISO [*sic*] se origina sempre e sem exceção da incongruência subitamente percebida entre um conceito e os objetos reais que foram por ele pensados [...]”³⁵. Na realidade, conforme o filósofo, jamais um conceito poderá substituir inteiramente um objeto, pois jamais a palavra esgotará a possibilidade de significação intrínseca ao objeto pensado. Pensando, o humano se vê em in/decisão. A reflexão é cara ao sucesso da ação planejada, mas, efetivamente demonstra a hesitação daquele. Nesta situação a razão obsta o desenvolvimento da intuição e, por conseguinte do uso do entendimento. Os conceitos são alheios ao caráter de quem age. Assim sendo, quem formula nobres conceitos pode não proceder nobremente. Se o uso da razão pode nos conduzir ao erro e, a apreensão do diverso pela faculdade da sensibilidade também não nos mostra a segurança necessária ao proceder corretamente, seria o entendimento, através da intuição, a faculdade propícia a tal intento? Conforme Schopenhauer há uma quarta faculdade, denominada de “faculdade de juízo”, responsável pelo trânsito entre o entendimento e a razão que pode nos dar alguma resposta nesse sentido, pois, “é a obra da FACULDADE DE JUÍZO [*sic*], este poder de transmitir correta e exatamente para a consciência abstrata o que foi conhecido intuitivamente. [...]”³⁶. A intuição na acepção schopenhaueriana é uma atividade intrínseca ao entendimento e pode ser de natureza *a priori* ou *a posteriori*. A carência do bom uso da faculdade de juízo é denominada por Schopenhauer de “simploriedade”³⁷. A faculdade de juízo é tomada por Schopenhauer em consideração a divisão kantiana para tal faculdade em: reflexionante e determinante – a primeira está para a razão assim como a segunda está para o entendimento. Acerca do uso da intuição para a formulação de um conhecimento, Schopenhauer nos aclara que aquela, a intuição, não produz, seja de forma *a priori* ou *a posteriori* conhecimento transcendente, mas apenas imanente. Acerca da intuição acrescenta:

Se com a nossa convicção de que a intuição é a fonte primeira de qualquer evidência, e tão-somente a referência imediata ou intermediada a ela [...] é verdade absoluta, e, ainda, que o caminho mais breve para esta é sempre o mais seguro, já que toda intermediação por conceitos acarreta muitos enganos; [...] De nossa parte exigimos a remissão de cada fundamentação lógica a uma intuitiva [...] (SCHOPENHAUER, 2005, p. 121-122).

Mas a intuição sensível também é lócus do engano. O que se intui de um objeto é oriundo do objeto ou do próprio entendimento que intui? Procurar um fundamento ou “razão” (enquanto causa)

35 SCHOPENHAUER, 2005, p. 109.

36 SCHOPENHAUER, 2005, p. 116.

37 SCHOPENHAUER, 2005, p. 116.

para o sujeito e/ou objeto seria remeter-nos a formas dogmáticas da filosofia. Não nos esqueçamos que para Schopenhauer a representação assenta-se, a princípio, na relação sujeito-objeto e por isso é sempre relativa nunca absoluta. Segundo Schopenhauer devemos reformular o problema recorrendo ao princípio de razão correspondente a cada perspectiva, seja do observador que intui, seja do objeto que afeta a sensibilidade do observador, pois:

[...] Só agora podemos afirmar com segurança que aquilo a necessariamente anunciar-se pela intuição de uma figura não provém da figura sobre o papel, talvez imperfeitamente desenhada, também não provém do conceito abstrato ali pensado, mas imediatamente da forma, *a priori* consciente, de todo conhecimento. Tal forma é em toda parte o princípio de razão, que, aqui, como forma da intuição, isto é, no espaço, possui a figura do princípio de razão de ser, cuja evidência e validade são tão grandes e imediatas quanto as do princípio de razão de conhecimento, isto é, a certeza lógica. [...] (SCHOPENHAUER, 2005, p. 125).

Com base no que até que se explanou e, se refletiu, é preciso observar que, Schopenhauer não afirma, de modo algum, que o saber racional não possui um significado fundamental para a vida do ser humano; quer salientar somente que o saber teórico e intuitivo devem ser considerados como duas portas de entrada para a vida prática; nesta perspectiva, eles se complementam reciprocamente, sendo que um não deve se sobrepor ao outro de modo unilateral. Por conseguinte, podemos concluir que, para Schopenhauer não há prevalência de um saber abstrato sobre o intuitivo e vice-versa. Assim concordamos com Rochamonte (2010) ao afirmar que: [...] tanto a filosofia kantiana quanto a filosofia de Schopenhauer devem ser compreendidas como tentativa de articulação entre filosofia (saber teórico) e sabedoria (saber prático). (p. 140). Assim compreendida, observamos que, especialmente na filosofia schopenhaueriana, tanto o saber abstrato quanto o proceder intuitivo, juntos constituem duas portas que se complementam, reciprocamente, para a realização da vida humana no palco do mundo.

REFERÊNCIAS

CACCIOLA, Maria Lucia. Schopenhauer e a crítica da razão: a razão e as representações abstratas. *Discurso*. São Paulo. n. 15, p. 91-106, 1983.

CARVALHO, Jairo Dias. O objeto em geral e o conhecimento em geral em Kant: o juízo estético e o juízo do conhecimento. *Prometeus*. Sergipe. Vol.3 n. 6, Julho-Dezembro 2010.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira. O problema do conhecimento em Schopenhauer. *Humanas*. Florianópolis – SC, n. 36, p. 263-287. Outubro de 2004.

PEDREIRA, André Luiz Simões; SANTANA, Kleverton Bacelar. A educação do intelecto em Schopenhauer. *Saberes*. Natal - RN, Vol. 1, n. 2, p. 1-11, Maio de 2009. Disponível em <http://www.cchla.ufrn.br/saberes>

ROCHAMONTE, Catarina. Metafísica e Moralidade em Schopenhauer e Kant. *Argumentos*. Ano 2, N. 3, p.136-140, 2010.

SCHOPENHAUER, Arthur. Livro primeiro: do mundo como representação: primeira consideração: a representação submetida ao princípio de razão: o objeto da experiência e da ciência. In: _____ *O mundo como vontade e como representação*. Tradução de Jair Barboza. São Paulo: UNESP, 2005.

SCHOPENHAUER, Arthur. Livro terceiro: do mundo como representação: segunda consideração: a representação independente do princípio de razão: a idéia platônica: o objeto da arte. In: _____ *O mundo como vontade e como representação*. Tradução de Jair Barboza. São Paulo: UNESP, 2005.